



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO  
CNPJ Nº 06.460.018/0001/52

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO

### CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

NATUREZA DO PROCESSO	RELATÓRIO ANUAL DA ANÁLISE DE GESTÃO
EXERCÍCIO FINANCEIRO	2023
ENTE DA FEDERAÇÃO	SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO
ÓRGÃO	PREFEITURA MUNICIPAL
RESPONSÁVEL	FRANCISCO PEDREIRA MARTINS JUNIOR
RESPONSÁVEL CONTÁBIL	NEYLON PARGA DA SILVA

#### 1 - Introdução

O presente Relatório de Controle Interno, contendo dados relativos à Prestação de Contas da Administração Direta - exercício 2023, busca a evidenciação de informações da Administração Municipal, através de análises descritivas, quadros analíticos, quocientes específicos através de índices próprios, com a finalidade de demonstrar as situações orçamentárias, financeiras, patrimoniais do Poder Executivo Municipal, referente ao exercício financeiro de 2023.

O presente trabalho busca o cumprimento da atual legislação, sobretudo no que se refere à transparência da gestão pública e publicidade, no trato com as questões relacionadas ao erário, proporcionando aos usuários da informação conhecer os resultados das finanças da Administração Direta do Município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA. Este Relatório foi elaborado com observância e cumprimento dos dispositivos legais a seguir indicados:

1. Constituição Federal;
2. Constituição Estadual;
3. Lei nº. 4320/64, de 17 de março de 64 – “Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro, para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”; 4. Decreto Lei nº. 200/67 de 25 de fevereiro de 67 - "Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, Título X - das Normas de Administração Financeira e Contabilidade"; 5. Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000  
"Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão"; 6. Instrução Normativa-TCE/MA nº. 052/2017, de 25 de outubro de 2017- "Dispõe sobre a prestação de contas do Prefeito Municipal, a tomada e a prestação de contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta do Município, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público municipal, e sobre a prestação de contas do Presidente da Câmara Municipal".

#### 2 - Execução do Orçamento



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001**

## 2.1 - Receita Orçamentária

O Governo efetiva o seu papel na sociedade através da Despesa Pública, a qual é viabilizada pela obtenção de recursos denominados genericamente de Receitas Públicas. Tanto as despesas quanto as receitas devem ser previstas em lei- a denominada Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento é o ato pelo qual é feita a previsão da arrecadação das receitas e a autorização da sua aplicação em despesas discriminadas, durante o período, de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo.

A definição acima revela as matérias do orçamento: previsão das receitas e autorização para a realização de despesas; a origem das receitas; a exigência de discriminação das despesas, a periodicidade do orçamento e o seu conteúdo programático, além de expressão da política econômica e financeira do governo do qual é emanado.

O Estado através do orçamento abrange a manutenção das suas atividades, o planejamento e a execução dos projetos estabelecidos nos planos e programas do governo. As despesas são fixadas e as receitas previstas para serem executadas a cada exercício, após autorização do poder legislativo para que o executivo possa destinar o respectivo orçamento ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins.

A Receita na Administração Pública, mais precisamente no que diz respeito às entidades de Direito Público Interno, se origina em decorrência do seu poder de império, da gerência do seu patrimônio e das transferências de outras entidades. De acordo com o art. 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que "Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal as receitas classificam-se em duas categorias econômicas", a saber:

- a) Receitas Correntes: composta pela receita tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes;
- b) Receitas de Capital: as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinado a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do Orçamento Corrente.

**Quadro do Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada – Valores Nominais**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS GONZAGA DO MARANHÃO- MA**  
**EXERCÍCIO 2023**

Detalhamento	Prevista (R\$)	Realizada (R\$)	Variações (R\$)
Receitas Correntes	93.266.883,10	93.947.321,44	680.438,34
Receitas de Capitais	19.540.802,84	1.238.240,28	-18.302.562,56
Deduções de Receita	4.242.984,14	5.776.971,96	1.533.987,82
<b>TOTAL</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>95.185.561,72</b>	<b>-17.622.124,22</b>

Fonte: Anexo 10 Balanço Geral 2023.



## 2.2 - Despesas Orçamentárias

Despesas Públicas são todos os gastos realizados pela Administração Pública em favor de manutenção e funcionamento dos serviços públicos obrigatórios, bem como a intenção de adquirir ou construir bens que integrarão o patrimônio público, objetivando sempre os princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

O artigo 12 da Lei Federal 4.320/64 foi o marco para a classificação da despesa em duas categorias econômicas: corrente e capital. Constituem despesas correntes aquelas de natureza operacional, realizados pela Administração Pública para a manutenção e funcionamento dos serviços prestados pelo Poder Público.

Quanto às despesas de Capital, são caracterizadas como despesas cujo objetivo é o de adquirir bens novos/usados de capital, através dos investimentos ou inversões financeiras, sendo que tais gastos não constituem uma despesa efetiva, ou seja, que provoque diminuição no patrimônio, tendo em vista que da aplicação de tais despesas resultarão o aumento do ativo ou diminuição do passivo (pela amortização de dívidas a longo prazo).

As classificações orçamentárias das despesas têm a finalidade, portanto, de propiciar informações para a administração, além de especificar para os usuários da informação, sobretudo a população, a forma de aplicação dos recursos públicos, evidenciando a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo.

### Quadro da Execução da Despesa Orçamentária – Valores Nominais

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO - MA

EXERCÍCIO 2023

Detalhamento	Prevista (R\$)	Atualizada (R\$)	Realizada (R\$)
Despesas Correntes	70.281.855,85	134.449.743,39	93.611.543,19
Despesas de Capital	42.299.030,09	35.979.182,55	4.215.720,40
Reserva de Contingência	226.800,00	226.800,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>170.655.725,94</b>	<b>97.827.263,59</b>

Fonte: Anexo 12 Balanço Geral 2023.

## 3 - Análises Das Demonstrações Contábeis

### 3.1- Conceituação

A administração pública em geral se encontra numa fase de modernização, ou seja, os permanentes desafios a que está sujeita obrigam-na a que disponha, cada vez mais, de sistema de informações capazes de responder as crescentes exigências da sociedade e a necessidade de informações tempestivas e seguras para tomada de decisão dos gestores públicos. As entidades públicas tais como as empresas privadas possuem um patrimônio que é movimentado diariamente, por consequência demandam o respectivo registro, controle e acompanhamento das



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001**

contas públicas de forma clara e contínua. Para tanto se utiliza da Contabilidade que é a ciência que tem por objetivo o registro e análise dos atos e fatos de uma empresa, órgão ou entidade, a fim de demonstrar o patrimônio, suas variações, o resultado, a eficácia e a economicidade de uma gestão ou período administrado. Nesse sentido, os resultados gerais do exercício são evidenciados através das Demonstrações Contábeis - Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstração de Variações Patrimoniais - estruturadas de forma a evidenciar além da situação estática do patrimônio, os resultados orçamentários e financeiros da Administração Pública, propiciando dessa maneira o conhecimento mais adequado da situação econômico financeira do governo tanto para os tomadores de decisão quanto para a sociedade, potencial usuária dos serviços e bens públicos e financiadores das ações governamentais através dos tributos que lhe são cobrados.

### 3.2 - Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário tem por função demonstrar as receitas previstas e as despesas autorizadas em confronto com as receitas e despesas realizadas, de acordo com a Lei Orçamentária. De um lado permite a avaliação do grau de planejamento e desempenho da arrecadação no exercício financeiro e por outro analisa o desempenho da Administração Pública.

**PREF MUNIC DE SÃO LUIS GONZAGA**  
**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Exercício de 2013

DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.: 1 de 2

CONSOLIDADO - Desconsiderando as contas INTRA-Orçamentárias

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>93.266.883,10</b>	<b>93.266.883,10</b>	<b>93.947.321,44</b>	<b>600.438,34</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.995.840,00	1.995.840,00	3.302.600,31	1.306.760,31
Impostos	1.927.800,00	1.927.800,00	3.201.288,12	1.353.488,12
Taxes	68.040,00	68.040,00	21.312,19	-46.727,81
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	5.157.478,00	5.157.478,00	5.342.514,60	185.036,60
Contribuições Sociais	4.702.744,00	4.702.744,00	4.698.761,34	-3.982,66
Contribuições Econômicas	1.134,00	1.134,00	0,00	-1.134,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	453.600,00	453.600,00	643.733,26	190.133,26
RECEITA PATRIMONIAL	725.533,20	725.533,20	404.088,15	-321.445,05
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	22.600,00	22.600,00	0,00	-22.600,00
Valores Mobiliários	361.519,20	361.519,20	494.088,15	132.568,95
Exploração de Recursos Naturais	340.200,00	340.200,00	0,00	-340.200,00
Outras Receitas Patrimoniais	1.134,00	1.134,00	0,00	-1.134,00
RECEITA DE SERVIÇOS	28.350,00	28.350,00	0,00	-28.350,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	28.350,00	28.350,00	0,00	-28.350,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	\$5.359.081,90	\$5.359.081,90	\$4.800.118,38	-\$51.965,52
Transferências da União e de suas Entidades	51.051.165,40	51.051.165,40	61.093.278,47	10.042.113,07
Transferências do Estado e de suas Entidades	12.788.207,09	12.788.207,09	3.616.773,82	-9.171.433,27
Transferências do Município e suas Entidades	567.000,00	567.000,00	113.325,09	-453.674,91
Transferências de Outras Instituições Públicas	20.953.309,41	20.953.309,41	19.984.741,00	-968.568,41
RECEITAS DE CAPITAL (II)	19.540.001,84	19.540.001,84	1.238.240,28	-18.302.562,56
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.540.002,84	19.540.002,84	1.238.240,28	-18.302.562,56
Transferências da União e suas Entidades	12.800.870,74	12.800.870,74	1.238.240,28	-11.562.630,46
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	6.739.932,10	6.739.932,10	0,00	-6.739.932,10
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I+II)</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>95.185.561,72</b>	<b>-17.622.124,22</b>
<b>REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilária	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>95.185.561,72</b>	<b>-17.622.124,22</b>
<b>DEPÓSITO (VI)</b>	0,00	0,00	6.157.323,22	0,00
<b>TOTAL (VII) = (V+VI)</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>112.807.685,94</b>	<b>101.342.883,94</b>	<b>-17.622.124,22</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITO ADICIONAIS)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Supervisão Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001**

**PREF MUNIC DE SÃO LUIS GONZAGA**  
**ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Exercício de 2023

DEZEMBRO(31/12/2023)

Pág.: 2 de 2

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO SOCIAL (I)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (II)	DESPESAS EMPGENDADAS (III)	DESPESAS LIQUIDADAS (IV)	DESPESAS PAGAS (V)	SALDO DA DOTAÇÃO (VI=I-V)
DESPESAS CORRENTES (VII)	70.281.355,55	134.449.743,59	97.127.163,54	96.906.515,54	93.611.543,19	37.3.22579,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	44.730.841,65	71.405.997,22	51.958.553,48	51.958.553,48	50.236.588,73	19.447.443,74
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.550.994,38	62.048.746,17	45.168.610,06	44.948.262,66	43.374.954,46	17.375.136,11
DESPESAS DE CAPITAL (X)	42.259.030,09	35.679.182,55	4.215.720,40	4.215.720,40	4.215.720,40	31.763.461,15
INVESTIMENTOS	41.405.230,69	35.080.582,55	4.215.720,40	4.215.720,40	4.215.720,40	30.874.661,15
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	893.800,00	885.300,00	0,00	0,00	0,00	335.300,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(O)	226.800,00	226.800,00	0,00	0,00	0,00	226.800,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI=VII-IV-X)</b>	<b>112.807.685,54</b>	<b>170.655.725,94</b>	<b>101.342.583,94</b>	<b>101.122.535,94</b>	<b>97.827.263,59</b>	<b>69.312.842,00</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Executa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DÍVIDAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII=XI-XII)</b>	<b>112.807.685,54</b>	<b>170.655.725,94</b>	<b>101.342.583,94</b>	<b>101.122.535,94</b>	<b>97.827.263,59</b>	<b>69.312.842,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (XV)=XII-XIV;</b>	<b>112.807.685,54</b>	<b>170.655.725,94</b>	<b>101.342.583,94</b>	<b>101.122.535,94</b>	<b>97.827.263,59</b>	<b>69.312.842,00</b>
<b>RESERVA DO PPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 3.3 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro por finalidade demonstrar a receita e despesa orçamentária, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte. Analisaremos a execução financeira do exercício 2023, através do demonstrativo do Balanço Financeiro, configurado de forma sumária no quadro abaixo:

#### QUADRO DEMONSTRATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO

RECEITA	VALOR	DESPESA	VALOR
ORÇAMENTARIA	95.185.561,72	ORÇAMENTARIA	101.342.883,94
EXTRA ORÇAMENTARIA	15.427.372,77	EXTRA ORÇAMENTARIA	14.491.547,80
TRANSFERENCIA RECEBIDA	11.815.037,76	TRANSFERENCIA CONCEDIDA	11.815.037,76
SALDO ANTERIOR DO EXERCICIO	9.959.078,98	SALDO DO EXERCICIO ATUAL	3.913.841,40
<b>TOTAL</b>	<b>131.563.310,90</b>	<b>TOTAL</b>	<b>131.563.310,90</b>

Fonte: Anexo 13 – Balanço Geral 2023

### 4. - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial comprehende os valores numerários, os créditos, os valores realizáveis e os compromissos exigíveis que independam de autorização legislativa e os bens, créditos, valores, as dívidas fundadas e outras que dependem de autorização legislativa e mais as contas e compensação. Ele será demonstrado de forma sumária, para fins de análise, no quadro abaixo:



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO  
CNPJ Nº 06.460.018/0001

### QUADRO DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO CIRCULANTE	16.534.232,33	PASSIVO CIRCULANTE	23.044.211,84
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.769.790,84	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
TOTAL DO ATIVO	34.304.023,17	TOTAL DO PASSIVO	23.044.211,84

Fonte: Anexo 14 – Balanço Geral 2023

#### 4.1 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

A demonstração das Variações Patrimoniais espelha-se num quadro de duas seções, Resultado Aumentativo e Diminutivo, distribuídas em três grandes grupos: Resultantes da Execução Orçamentária, Mutações Patrimoniais e Independentes da Execução Orçamentária. O demonstrativo das Variações Patrimoniais expressa claramente duas situações distintas na Administração Pública: a situação financeira e a situação econômica; bem como o resultado financeiro apurado dentro de um exercício, o superávit ou o déficit e as variações para mais ou para menos, verificadas no patrimônio das instituições Públicas.

As Variações Patrimoniais Ativas são assim demonstradas: resultante da execução orçamentária e independentes da execução orçamentária. As primeiras compreendem as receitas orçamentárias arrecadadas durante o exercício (receitas correntes e de capital) e as mutações patrimoniais da despesa, que decorrem da incorporação de elementos ativos ao patrimônio ou da diminuição de elementos do passivo do ente público.

As Variações Patrimoniais Passivas evidenciarão as alterações verificadas no patrimônio, ocorridas durante o exercício financeiro, resultante ou não da execução do orçamento. As resultantes da execução orçamentária compreendem a despesa orçamentária empenhada ou realizada no exercício, e as mutações patrimoniais da receita, que decorrem da incorporação de elementos passivos ou da desincorporação de elementos ativos. As independentes decorrem de fatos que independem da execução do orçamento e que provocam alterações negativas no patrimônio.

Demonstraremos de forma sumária as Demonstrações das Variações Patrimoniais do exercício 2023, para fins de análise, no quadro abaixo:

### QUADRO DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES AUMENTATIVAS	VALOR	VARIAÇÕES DIMINUITIVAS	VALOR
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.302.600,31	PESSOAL E ENCARGOS	45.522.481,70
CONTRIBUIÇÕES	5.342.514,60	BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	6.169.528,03
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	0,00	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	44.429.878,68



ESTADO DO MARANHÃO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO  
CNPJ Nº 06.460.018/0001

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	494.088,15	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS AS FINANCEIRAS	3.427,91
TRANSFERENCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	103.638.368,38	TRANSFERENCIA E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	17.592.009,72
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PA	1.240.435,88	TRIBUTARIAS	353.222,67
		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	522.732,80
		TOTAL DAS VARIAÇÕES DIMINUTIVAS	114.593.281,51
		RESULTADO PATRIMONIAL (SUPERAVIT)	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>114.593.281,51</b>	<b>TOTAL</b>	<b>114.593.281,51</b>

Fonte: Anexo 15 - Balanço Geral 2023

## 5 - Portal Da Transparência

5. 1 - Endereço do Portal da Transparência Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei da Transparência, o município de São Luís Gonzaga do Maranhão/MA, fez suas publicações no endereço:

<https://www.saoluisgonzaga.ma.gov.br/acessoainformacao>

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece, em regime nacional, parâmetros a serem seguidos relativos ao gasto público de cada ente federativo (estados e municípios) brasileiro.

As restrições orçamentárias visam preservar a situação fiscal dos entes federativos, de acordo com seus balanços anuais, com o objetivo de garantir a saúde financeira de estados e municípios, a aplicação de recursos nas esferas adequadas e dados fundamentados administrativamente para os futuros gestores.

Entre seus itens está previsto que cada aumento de gasto precisa vir de uma fonte de financiamento correlata e os gestores precisam respeitar questões relativas ao fim de cada mandato, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis para seus sucessores.

### 6.1 - Na aplicação com Despesas de Pessoal

Mesmo depois de todos os esforços e medidas adotadas pelo Prefeito Municipal, no sentido de reduzir o percentual de despesa com pessoal e buscar o realinhamento das indicações estatísticas legais, recomendadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, observou-se através do Relatório emitido pelo Departamento de Contabilidade que foi possível atingiu o percentual do limite legal permissivo, estando tal percentual no final deste exercício em 54,18%.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS GONZAGA DO MARANHÃO**  
**CNPJ Nº 06.460.018/0001**

DESPESA COM O PESSOAL	VALOR (R\$)
<b>PODER EXECUTIVO</b>	
Pessoal Ativo (ANEXO 02-B)	45.522.481,70
Pessoal Inativo e Pensionista (ANEXO 02-B)	6.436.071,78
Despesas de exercícios anteriores	53.689,79
Obrigações patronais (FGTS e INSS)	3.765.230,91
(+/-) Decorrentes de Decisão Judicial (Precatórios, Sentenças Judiciais)	263.008,40
(-) Inativos pagos com recursos vinculados	0,00
(-) Indenizações por Demissões de Servidores	744.152,80
(-) Incentivos à Demissão Voluntária	744.152,80
Outras despesas de Pessoal (art. 18, par. 1º da LRF)	0,00
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL</b>	50.897.702,49
<b>LIMITES COM O PESSOAL (VALORES APURADOS)</b>	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b> (apurada pelo TCE)	93.934.930,37
Despesa de Pessoal EXECUTIVO – Limite Legal – 54% da RCL – art. 20 III, b LRF	56.360.958,22
<b>Percentual e Valor Informados</b>	54,18%

Fonte: Anexo 1 – Balanço Geral 2023

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
<b>RECEITA CORRENTE BRUTA</b>	99.724.293,40
(-) Contrib. do Servidor Previ. Social Própria	2.095.853,70
(-) Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	4.698.761,34
(-) Contribuição ao FUNDEB	5.670,00
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA</b>	93.934.930,37

## 6.2. Das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo exercício (70%)

Verificou-se que no período de janeiro a dezembro/2023 a receita e as aplicações do FUNDEB referente ao exercício de 2023, totalizaram R\$ 43.106.618,90 (quarenta e três milhões, cento e seis mil, seiscentos e dezoito reais e noventa centavos) dos quais foram gastos com folha de pagamento de pessoal vinculados a educação e com os profissionais do magistério, chegando ao percentual de 70,44%.

LIMITES COM EDUCAÇÃO (VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO)	
Total das Receitas do FUNDEB	43.106.618,90
Percentual Constitucional da Educação Básica (70%) valor aplicado	30.174.633,23
Percentual e Valor Apurados	70,44% 30.362.279,88

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
1.7.5.8.01.1.1.00.00.00- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.984.741,00
1751.00.0.0.00.00 - Transf. de Recurso do FUNDEB	22.975.979,32
1.3.2.1.00.1.1.10.15.00 - Rem. Dep. Banc. Rec. Vinc. - FUNDEB	145.898,58
<b>TOTAL</b>	<b>43.106.618,90</b>



### **6.3. Das Despesas com Gastos da Manutenção e Desenvolvimento de Ensino- MDE (25%)**

Verificou-se que no período de janeiro a dezembro/2023 houve um gasto de R\$ 8.975.357,97 Baseado que os índices constitucionais em que os gastos do MDE devem ser calculados sobre a receita de impostos e transferências que atingiu o valor de R\$ 43.106.618,90 chegando ao percentual de 25,26%

#### **7 - Parecer da Auditoria Interna**

##### **7.1- Considerações Iniciais**

Em cumprimento ao disposto ao art. 171 da Constituição Estadual e da exigência contida na Instrução Normativa n.º 052/2017, avaliamos a Regularidade da Realização da Receita e da Despesa, a execução do Orçamento e dos Programas de Trabalho e o cumprimento das metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e ainda examinamos as Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei n.º 4.320/64. Esclarecemos que a administração pública municipal no exercício financeiro de 2023 vem atentando para o cumprimento das metas previsto no Plano Plurianual - PPA.

Nossos exames foram seguidos de acordo com as normas de auditoria governamental adotas pelos demais órgãos de controle - Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União, Tribunais de Contas e Controladorias Estaduais e Municipais do País - e compreendeu: levantamento da legislação pertinente, conferência de cálculos, exame dos documentos que deram suporte às receitas e às despesas realizadas e confronto dos dados e registros contidos nos relatórios gerenciais, nos livros (Diário e Razão) e nos demonstrativos contábeis.

Em nossa opinião, até onde os nossos exames albergaram, os valores contidos nas Demonstrações Contábeis e atendem às formalidades exigidas pela exigidas pela Lei n.º 4.320/64, bem como, entendemos que os dados apresentados nas referidas Demonstrações estão em conformidade com os registros contábeis e com a documentação suporte analisada, demonstrando a regularidade da Gestão.

É a informação.

São Luís Gonzaga do Maranhão – MA, 03 de abril de 2024.

  
Tássio Peixoto Vasconcelos Conceição  
Controlador Geral do Município  
Portaria nº 029/2023

**Tássio Peixoto Vasconcelos Conceição**

**Controlador Geral do Município**

**Port. Nº 029/2023**